EMERJ	**PROGRAMAÇÃO** **CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS** Equidade Racial

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	**Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro** Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Desembargador Cláudio Luís Braga Dell'orto Mandato do Diretor: 07/02/2025 a 07/02/2027		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	**Até 21 de janeiro de 2026.**		
DATA E HORÁRIO	**De 26 de janeiro a 26 de março de 2026.** **Encontros síncronos - 02, 09, 23 de fevereiro e 02, 09 e 16 de março de 2026, das 9h às 11h**		
TIPO DE ATIVIDADE	Curso de aperfeiçoamento para vitaliciamento e para promoção na carreira	CARGA HORÁRIA	24 horas
MODALIDADE	EAD com tutoria Síncrona e Assíncrona	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Plataforma Moodle (http://virtual.emerj.com.br/) e Plataforma Zoom		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	Raça e racismo no Brasil, acesso à justiça e prática interseccional. Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial, articulando a história do direito, as relações entre raça e racismo no Brasil, e a valorização dos saberes produzidos pelos movimentos sociais na aproximação das partes. Raça, Direito Civil e Fazenda Pública. Raça e Direito Criminal. Raça e Direito na Infância e Juventude. Comunidades quilombolas: raça, território e direitos humanos.		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	**Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado:** Temas de Direito Constitucional; Temas de Direito Civil Temas de Processo Civil; Temas em Direito Penal Temas em Processo Penal Temas em Direito Administrativo Temas em Legislações Especiais Temas em Gestão de Processos e Jurisdição; Relacionamento Institucional e Interpessoal; Empatia e Comunicação		

	Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Temas em Alteridade, Visibilidade e Comunidade de Cidadania Temas em Ética; Epistemologia, Filosofia e Teoria da Justiça Lógica, Hermenêutica, Instrução processual e Racionalidade decisória (efetividade) Direitos Humanos, Gênero, Racismo e Diversidade; Agenda 2030 e temas de Cooperação Internacional Temas em Ciências Sociais e Políticas; Democracia; Posicionamento Político
JUSTIFICATIVA	Para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, este curso justifica-se diante da necessidade de qualificar magistrado(as) para enfrentamento, de forma técnica, crítica e sensível, dos desafios impostos pelo racismo estrutural no sistema de justiça brasileiro. A iniciativa está alinhada às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, que reconhece o racismo como um fenômeno que estrutura as relações sociais no país e exige uma atuação jurisdicional comprometida com a equidade racial e a promoção dos direitos humanos. A proposta formativa visa instrumentalizar magistradas e magistrados com fundamentos teóricos e práticos para a aplicação do Protocolo de Julgamento com Perspectiva Racial, contribuindo para decisões mais justas, contextualizadas e alinhadas à ordem constitucional antirracista. Ao abordar temas como interseccionalidade, responsabilidade civil, direito penal, infância e juventude, o curso promove uma reflexão crítica sobre os impactos do racismo em diferentes áreas do direito e orienta a construção de estratégias judiciais que reconheçam e enfrentem essas desigualdades. Trata-se, portanto, de uma formação essencial para o aprimoramento da atuação jurisdicional e para o cumprimento do compromisso institucional com a justiça antirracista, inclusiva, plural e democrática.
OBJETIVO GERAL	Os/as para magistrados(as) do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro serão capazes de realizar a aplicação do Protocolo de Julgamento com Perspectiva Racial, produzido pelo Conselho Nacional de Justiça, utilizando o letramento racial e contribuindo para a prestação jurisdicional cada vez mais atenta às desigualdades e às diferenças sociais resultantes do racismo como um fenômeno que estrutura as relações sociais no Brasil. Estarão aptos a atuar de forma prática nos casos refletindo criticamente sobre o papel do julgador e dos atores institucionais diante das desigualdades raciais.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS (POR MÓDULO)	Ao final do módulo 1, o(a) magistrado(a) estará apto a analisar as bases conceituais das relações raciais, bem como o panorama a respeito da interseccionalidade compreendida enquanto ferramenta política. O objetivo é, a partir dessas chaves analíticas, criar um instrumental coletivo para pensar o acesso à justiça no Brasil. Ao final do módulo 2, o(a) magistrado(a) será capaz de interpretar e aplicar o Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial à luz da história recente do constitucionalismo brasileiro. Ao final do módulo 3, o(a) magistrado(a) será capaz de identificar, analisar e decidir demandas civis e administrativas envolvendo o racismo — incluindo pedidos de reparação individual e coletiva, ações de obrigação de fazer para políticas públicas, e

	responsabilização da Fazenda Pública por atos ou omissões discriminatórias — com sensibilidade às dinâmicas do racismo estrutural e institucional. Ao final do módulo 4, o(a) magistrado(a) será capaz de avaliar tecnicamente as repercussões do racismo no sistema penal brasileiro, conseguindo fazer distinções em situações que intensificam a desigualdade racial e escolhas que atenuam as situações de racismo vividas pelos envolvidos naquela determinada situação. Ao final do módulo 5, o(a) magistrado(a) será capaz de analisar criticamente as interseções entre raça, infância e juventude no Brasil, compreendendo, inclusive, as implicações penais para os jovens no sistema socioeducativo e para as mães encarceradas. Ao final do módulo 6, o(a) magistrado(a) será capaz de avaliar o histórico da formação das comunidades quilombolas no Brasil e analisar criticamente os conflitos que envolvem a autoatribuição e autodeterminação em reconhecer quem é quilombola, assim como identificar os conflitos de interesse entre comunidades quilombolas e empreendimento privativos.
DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE	
COORDENAÇÃO	**Wagner Cinelli de Paula Freitas** Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Direito pela Criminal Justice Policy pela London School of Economics and Political Science (2000). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986), em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1996). http://lattes.cnpq.br/2748824983328350 **André Luiz Nicolitt** Doutor e Mestre em Direito. Juiz de Direito do TJRJ e Professor da UFF. Cursos de Formação de Formadores 1, 2 e 3 e Formação de Tutores ENFAM. http://lattes.cnpq.br/5066963398936027
TUTORIA	**Sidney Pacheco da Silva** Servidor do Tribunal de Justiça. Pós-graduado em Direito. Possui Formação de Formadores pela ENFAM. Graduação em Direito.
DOCENTES	**Fernanda Lima da Silva** Doutora e mestra em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília. Professora de História do Direito na EDAP/IDP. Pesquisadora vinculada aos grupos Asa Branca de Criminologia (UNICAP/UFPE), Maré - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Cultura Jurídica e Atlântico Negro (UnB) e Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação - CEDD (UnB). http://lattes.cnpq.br/0260789832720118 **Leidejane Chieza Gomes da Silva** Juíza de Direito do Tribunal de justiça do Estado do Rio de Janeiro; Titular da comarca de Natividade/Varre-Sai; Juíza Dirigente do 10º Núcleo Regional da Corregedoria Geral de Justiça - TJ RJ; Membro do Grupo de Trabalho Mulheres Negras e Interseccionalidades - TJ RJ; Membro da COGEN 1 Grau; Membro da COEM; Gestora do Pacto Nacional de Equidade Racial pelo TJRJ. **Marcos Vinícius Lustosa Queiroz**

	Doutor em Direito pela Universidade de Brasília (2022), com sanduíche na Duke University (Fulbright Commission) e na Universidad Nacional de Colombia (Programa Abdias Nascimento - Capes). Graduação (2013) e Mestrado (2017) em Direito pela UnB. Professor na Graduação e na Pós-Graduação do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). http://lattes.cnpq.br/5456262627620744e **Helenice Rangel Gonzaga Martins** Juíza de Direito do Tribunal de justiça do Estado do Rio de Janeiro na 3ª Vara Cível de Campo dos Goytacazes. **Maria Angélica dos Santos** Doutora em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito da UFMG (2021). Mestre em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2008). Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001). Professora Adjunta de Direito da Universidade Federal de Viçosa - Campus Florestal/MG. Especializada em Oratória e Expressão Verbal. http://lattes.cnpq.br/8648604114727671 **André Luiz Nicolitt** Doutor e Mestre em Direito. Juiz de Direito do TJRJ e Professor da UFF. Cursos de Formação de Formadores 1, 2 e 3 e Formação de Tutores ENFAM.http://lattes.cnpq.br/5066963398936027 **Inara Flora Cipriano Firmino** Doutoranda no Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), mestra em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da FDRP/USP, na linha de pesquisa Racionalidade Jurídica e Direitos Fundamentais na Construção do Estado Democrático de Direito. Pesquisadora do Núcleo de Justiça Racial da Fundação Getúlio Vargas São Paulo (FGV/SP). http://lattes.cnpq.br/4771702166064603 **Aléssia Pâmela Bertuleza Santos** Mestra em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2014) e (2018). Professora do Centro Universitário do Rio São Francisco - UniRios. http://lattes.cnpq.br/9642644843825920 **Hallana Duarte Miranda** Juíza de Direito no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Ex-Juíza de Direito no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Especialista em Direito Processual Penal. Membro da Comissão de Heteroidentificação, da Comissão de Memória e do Grupo Especial do Meio Ambiente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Membro de grupos de trabalho no Conselho Nacional de Justiça que visam a melhoria da atuação do Poder Judiciário na questão quilombola e de povos e comunidades tradicionais, além da salvaguarda da memória da escravidão e liberdade de pessoas negras. Membro do Fórum Nacional do Poder Judiciário para equidade racial - FONAER. Vencedora no 2º Concurso Nacional de decisões em Direitos Humanos do Conselho Nacional de Justiça na categoria de proteção dos povos e comunidades tradicionais. http://lattes.cnpq.br/0648584565710733
METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO	Este curso está estruturado em 6 aulas síncronas com leituras obrigatórias e complementares, atividades orientadas, que visam promover a integração entre a teoria e a prática, estimular o pensamento crítico e favorecer a aplicação dos conhecimentos em contextos reais.

	A interação entre docentes, tutor e participantes acontecerá por meio dos fóruns de discussão, ferramentas ativas e nos encontros síncronos. Os materiais são estruturados de modo a gerar uma aproximação gradual e aprofundada com o tema de forma participativa, dialógica e problematizadora. **Indique os materiais que serão utilizados nas atividades propostas:** Fórum de discussão com perguntas catalizadoras de debates Questões formativas **Ferramentas ativas:** Questionário Mural Virtual Glossário Encontro síncrono (data/hora) Reaction paper
PROGRAMAÇÃO	
AMBIENTAÇÃO **Dias 26 a 29/01** **Carga horária: 3 horas**	Vídeo de apresentação do curso pelo coordenador(a) e/ou tutor(a); Programação; Fórum de Apresentação Tutor(a) e Alunos(as). **Questionário.**
Módulo 1 **De 30/01 a 05/02** **Carga horária: 3 horas**	**TEMA GERAL DO MÓDULO 1: Raça e racismo no Brasil, acesso à justiça e prática interseccional.** **Aula síncrona 1 (2 horas)** **Data: 02 de fevereiro das 9h às 11h** **Tema:** A interseccionalidade e acesso à justiça: construindo estratégias para o enfrentamento ao racismo. **Conteúdo programático:** bases conceituais necessárias ao estudo das relações raciais. O Panorama da interseccionalidade compreendida enquanto ferramenta política. A criação de um instrumental coletivo para pensar o acesso à justiça no Brasil. **Docente:** Fernanda Lima da Silva **Co-Docente:** Leidejane Chieza Gomes da Silva **Metodologia da aula:** *Brainstorm* para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10mim). Exposição dialogada sobre o conteúdo (40min). Estudo de caso (70min.).

	Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão - leitura, postagens, comentário sobre postagem de, ao menos, um colega (30 min)**.** **Leitura obrigatória** (30 min): CONCEIÇÃO, Ísis Aparecida. O que é necessário para que a Interseccionalidade possa vir a ser?. Revista Estudos Feministas, [s. l.], vol. 29, nº 2, p. e76404, 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2021000200507&tlng=pt FIRMINO, Inara Flora Cipriano. Re(Orí)entando o sistema de justiça através do Pensamento Feminista Negro: uma análise interseccional da agência de mulheres negras na Ouvidoria Externa da Defensoria Pública do Estado da Bahia. 2020. Mestrado em Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/107/107131/tde-25112021-193628/. Acesso em: 20 out. 2025. Parte II – Panorama sobre mecanismos de diálogo e participação da sociedade civil nas defensorias públicas estaduais brasileiras COLLINS, Patrícia Hill; DE SOUZA, Carina Jéssica; NASCIMENTO, Elisa Duarte. A diferença que o poder faz: interseccionalidade e democracia participativa. Sociologias Plurais, [s. l.], vol. 8, nº 1, 2022. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/84497. Acesso em: 20 out. 2025. **Leitura Complementar:** SÁ, Gabriela Barretto De; PIRES, Thula Rafaela De Oliveira. Reescrita como escrevivência: re(orí)entações para a perspectiva feminista do direito no Brasil. Revista Direito e Práxis, [*s. l.*], vol. 14, nº 4, p. 2743–2769, 2023. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662023000402743&tlng=pt RODRIGUES, Priscilla Cardoso; MENEZES, Andrezza Gabrielli Silveira. Aprendendo a reescrever decisões judiciais em perspectivas feministas: uma experiência pedagógica transformadora e emancipatória na Amazônia brasileira. Revista Direito e Práxis, [*s. l.*], vol. 14, nº 4, p. 2637–2663, 2023. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662023000402637&tlng=pt IGREJA, Rebecca Lemos; RAMPIN, Talita Tatiana Dias. Acesso à justiça: um debate inacabado. Suprema - Revista de Estudos Constitucionais, [s. l.], vol. 1, nº 2, p. 191–220, 2021. Disponível em: https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/68
Módulo 2 **De 06 a 12/02** **Carga horária: 3 horas**	**TEMA GERAL DO MÓDULO 2: Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial.** **Aula síncrona 2 (2horas)** **Dia e horário: 09 de fevereiro, das 9h às 11h** **Tema:** Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial: articulações com a história do direito, as relações raciais no Brasil e os saberes dos movimentos sociais. **Conteúdo programático:** Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial. A participação negra, quilombola e indígena na Constituinte Brasileira de 1987/1988. A ordem constitucional antirracista pós-1988. A contribuição de intelectuais e movimentos negros para a hermenêutica jurídica. O papel do sistema de justiça no enfrentamento ao racismo. **Docente:** Marcos Vinícius Lustosa Queiroz **Co-Docente:** Helenice Rangel Gonzaga Martins

	Metodologia da aula: *Brainstorm* para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10mim). Exposição dialogada sobre o conteúdo (40min). Estudo de caso (70min.). **Atividades e Avaliação de aprendizagem: Questão Formativa** (30 min). **Leitura obrigatória** (30 min)**:** CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Protocolo de Julgamento com Perspectiva Racial (CNJ, 2023). ALMEIDA, Lúcio Antônio Machado; Rodrigues, João Marcelo de Souza Melo. Fundamentos, critérios e aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial no Poder Judiciário Brasileiro. Revista dos Tribunais, v. 1087, n. 2025, p. 185-197, 2025. DUARTE, Evandro Piza; Queiroz, Marcos; e Santos, Fernando Nascimento dos. Hermenêutica senhorial e verdade judicial: o impacto da raça nos padrões de decisão do poder judiciário brasileiro. 2026 (no prelo). **Leitura Complementar:** DE JESUS, Rodrigo Ednilson, & Gomes, Nilma Lino. (2014). A "Constituição" da Nação Brasileira em Disputa: o Debate em Torno da (in) Constitucionalidade das Ações Afirmativas. Revista TOMO, n. 24, 2014. NERIS, Natália. A voz e a palavra do movimento negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos. Dissertação de Mestrado, FGV-Direito, 2015.
Módulo 3 **De 13 a 26/02** **Carga horária: 3 horas**	**TEMA GERAL DO MÓDULO 3: Raça, Direito Civil e Fazenda Pública** **Aula síncrona 3 (2 horas)** **Data e horário: 23 de fevereiro, das 9h às 11h** **Tema: Raça, Direito Civil e Fazenda Pública** **Conteúdo Programático:** Análise crítica das relações entre raça e responsabilidade civil, políticas de reparação, reconhecimento jurídico de danos coletivos e estruturais, e o papel da Fazenda Pública — tanto enquanto possível responsável por omissões/ações discriminatórias quanto enquanto garantidora de políticas públicas de promoção da igualdade. Análise do marco constitucional e infraconstitucional, da jurisprudência do STF (ex.: ADPF 186 — cotas), das reformas legais recentes (Lei nº 14.532/2023) e das técnicas probatórias adequadas para comprovação de racismo estrutural em demandas civis e administrativas. Aplicação prática: elaboração de decisões judiciais sensíveis à dimensão estrutural do racismo. **Docente:** Maria Angélica dos Santos **Metodologia da aula:** *Brainstorm* para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10mim). Exposição dialogada sobre o conteúdo (40min). Estudo de caso (70min.). **Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fórum de Discussão -** leitura, postagens, comentário sobre postagem de, ao menos, um colega (30 min) **Leitura obrigatória:** (30 min) PAMPLONA FILHO, Rodolfo; Laísla Carla de Carvalho Silva. Racismo estrutural e reparação civil: novos rumos para velhas questões.

	FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). Quanto custa ser racista? Dimensão civil. São Paulo, 2025. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/bitstreams/9023e84d-cc21-4f87-a176-0136a33935b5/download. Acesso em: 21 out. 2025. **Leitura Complementar:** SOBRINHO, Inês. Políticas afirmativas e seus desafios na administração pública: o caso da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/items/bca24fbf-c9b4-43eb-b1fd-a00d5f97a1e9. Acesso em: 21 out. 2025. ARAÚJO, Lívia Lorena Silva; LIMA, Walber Cunha. O racismo institucional e os desafios pela busca de igualdade no atendimento dos sistemas de saúde. Revista Jurídica do Uni-RN, Natal, v. 5, p. 1-15, jan./dez. 2021. Disponível em: https://revistas.unirn.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/786. Acesso em: 21 out. 2025. CERQUEIRA, Lucas de Oliveira. Responsabilidade civil nos crimes raciais: uma atualização necessária do conceito jurídico de racismo. Revista de Estudos Jurídicos da UNIFACS, Salvador, v. 5, p. 1-15, 2021. Disponível em: https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/7074. Acesso em: 21 out. 2025.
Módulo 4 **De 27/02 a 05/03** **Carga horária: 3 horas**	**TEMA GERAL DO MÓDULO 4: Raça e Direito Criminal** **Aula síncrona 4 (2 horas)** **Data e horário: 02 de março, das 9h às 11h** **Tema: Raça e Direito Criminal** **Conteúdo Programático:** Processo Penal e Julgamento com Perspectiva Racial. Fundamentos do Protocolo, princípios e diretrizes; racismo estrutural e seletividade penal. Estereótipos raciais na construção da suspeita e da culpabilidade. Atuação dos sujeitos processuais com perspectiva racial: juiz(a), defensor(a), promotor(a), advogado(a). **Docente:** André Luiz Nicolitt **Co-Docente:** Inara Flora Cipriano Firmino **Metodologia da aula:** *Brainstorm* para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10mim). Exposição dialogada sobre o conteúdo (40min). Estudo de caso (70min.). **Atividades e Avaliação de aprendizagem: Questão formativa** (30 min) **Leitura obrigatória:** (30 min) CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Protocolo de Julgamento com Perspectiva Racial (CNJ, 2023). FLAUZINA, Ana; FREITAS, Felipe; VIEIRA, Hector (Org.). Discursos Negros: Legislação Penal, Política Criminal e Racismo. 2. ed. Brasília, DF: Brado Negro, 2017. SOARES, Luana (Org.). Código oculto: política criminal, processo de racialização e obstáculos à cidadania da população negra no Brasil. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2022. **Leitura Complementar:** AMAPARO, Thiago de Souza; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis, et. al. Suspeita fundada na cor: seletividade racial nas condenações por tráfico com provas obtidas em

	entradas ilegais em domicílios no Brasil. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/items/e717a8c5-7f95-495b-823f-82e8a6df08f8 AMPARO, Thiago de Souza; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis, et. al. Desafios da responsabilidade estatal pela letalidade de jovens negros: contextos sociais e narrativas legais no Brasil (1992-2020). Disponível em: https://repositorio.fgv.br/items/087fb2d4-b19a-48a6-81a4-a412978ac4c0 Podcast Justiça em Preto e Branco. Podcast com oito episódios que são narrados pelo ator Christian Malheiros e pela criadora de conteúdo Andreza Delgado. Neste ouve-se personagens que fizeram parte direta ou indiretamente das histórias de brutalidade policial – familiares, ativistas, advogados, parlamentares e especialistas. A produção investiga o que acontece depois que se exige justiça, quando crimes cometidos por agentes de segurança vão parar efetivamente nas mãos das instituições. Disponível em: https://open.spotify.com/show/4fXNHc9AEjtMF4A3Tlqm9T
Módulo 5 **De 06 a 12/03** **Carga horária:** **3 horas**	**TEMA GERAL DO MÓDULO 5: Raça e Direito na Infância e Juventude** **Aula síncrona 5 (2 horas)** **Data e horário: 09 de março, das 9h às 11h** **Tema:** Raça e Direito na Infância e Juventude: Perspectivas para uma Justiça Antirracista **Conteúdo Programático:** Análise crítica das interseções entre raça, infância e juventude no Brasil. A aula propõe reflexões sobre as formas de violência estrutural que impactam crianças e adolescentes negros(as) e periféricos(as), discutindo o papel do Estado e do Judiciário na promoção de direitos e na superação das desigualdades. **Docente:** Aléssia Pâmela Bertuleza Santos **Metodologia da aula:** *Brainstorm* para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10mim). Exposição dialogada sobre o conteúdo (40min). Estudo de caso (70min.). **Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fórum de Discussão -** leitura, postagens, comentário sobre postagem de, ao menos, um colega (30 min). **Leitura obrigatória** (30 min): BENEDITO, Denise. Dos navios negreiros aos dias de hoje: a violência e a juventude negra. Juventude e Raça. Boletim de Saúde, 2008. BORGES, Doriam; CANO, Ignácio. Homicídios na adolescência no Brasil: IHA 2014. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2017. FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. São Paulo: Ubu Editora, 2022. FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Brasil: UNICEF, 2021. NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016. RODRIGUES, André. Vidas adolescentes interrompidas: um estudo sobre mortes violentas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UNICEF, 2021. **Leitura Complementar:**

	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Cartilha de letramento racial da polícia judicial: para compreender, respeitar e transformar. Brasília: CNJ, 2023. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**.** Protocolo para julgamento com perspectiva racial. Brasília: CNJ, 2023. SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
Módulo 6 **De 13 a 19/03** **Carga horária: 3 horas**	**TEMA GERAL DO MÓDULO 6: Comunidades quilombolas: raça, território e direitos humanos** **Aula síncrona 6 (2 horas)** **Data e horário: 16 de março, das 9h às 11h** **Tema: Título da aula proferida:** Comunidades quilombolas: raça, território e direitos humanos **Conteúdo Programático:** Direito dos povos e comunidades tradicionais. Comunidades quilombolas. Raça e território. Interpretação da legislação nacional e internacional correlata à proteção dessas comunidades. **Docente:** Hallana Duarte Miranda **Metodologia da aula:** *Brainstorm* para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10mim). Exposição dialogada sobre o conteúdo (40min). Estudo de caso (70min.). **Atividades e Avaliação de aprendizagem: Mural Virtual** (30 min). **Leitura obrigatória** (30 min): ARRUTI, José Maurício. Quilombos. Disponível em: https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/ARRUTI-%20Jose.%20Quilombos.pdf. Acesso em: jul. 2025. BRASIL. Decreto nº 4.887, 20 de novembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: jan. 2025. BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: jan. 2025. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Manual de implantação da Resolução CNJ n. 599/2024. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/10/manual-resolucao-cnj-599-2024-povos-quilombolas.pdf. Acesso em out. 2025. CIDH. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Caso comunidades Quilombolas de Alcântara x Brasil. Costa Rica. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/organizacao-dos-estados-americanos-oea/corte-interamericana-de-direitos-humanos/sentencas/resumo_alcantara.pdf. Acesso em: mai. 2025. BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Acordão da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.239. Min. Relator Cezar Peluso; Min. Relatora do Acordão Rosa Weber, 2018. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Protocolo de Julgamento com Perspectiva Racial. Brasília: 2024.Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/11/protocolo-para-julgamento-com-perspectiva-racial-1.pdf. Acesso em: jul. 2025.

	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Relatório do Grupo de Trabalho sobre Políticas de Proteção de Migrantes, Refugiados, Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/02/relatorio-fianl-gt-protecao-imigrantes.pdf. Acesso em: jul. 2025. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (BRASIL). Resolução n. 599, de 13 de dezembro de 2024. Institui a Política Judiciária de Atenção às Comunidades Quilombolas e diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia de acesso à Justiça por pessoas e comunidades quilombolas. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2024. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/original202215202412166760 8bf77df9f.pdf. Acesso em: jul. 2025. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes da Organização Internacional do Trabalho. Genebra: OIT, 1989.
Módulo de Avaliação final **Período de: De 20 a 26/03** **Carga horária: 3 horas**	**Reaction paper** Registro Reflexivo sobre as competências desenvolvidas a partir dos conteúdos abordados pelo curso Avaliação das Aulas Avaliação de Reação
AVALIAÇÃO (Total 100 pontos)	6 Participações em aulas síncronas - de 5 pontos cada - total 30 pontos 3 Fóruns de discussão - de 10 pontos cada - total 30 pontos 2 Questões formativas – de 5 pontos cada – total 10 pontos 1 Mural virtual – de 10 pontos 1 Reaction paper - de 20 pontos
CERTIFICAÇÃO	Registro no SIEM Emissão de certificado na plataforma Moodle

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

1. **METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
2. **AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço http://virtual.emerj.com.br/. Os(as) alunos(as) receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a

ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.

3. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES**: Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos(as) alunos(as) e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos(as) alunos(as) de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
4. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS(AS) ALUNOS(AS):** Os(as) alunos(as) deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
5. **AVALIAÇÃO**. Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
6. **FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO**. A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser realizada no portal de magistrados durante o período de inscrições ou comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br.